

## Apresentação do Dossiê

O objetivo do dossiê *Eleições, Partidos Políticos e Voto na América Latina* foi o de promover um espaço para que pesquisadores de diferentes países pudessem debater sobre as eleições, partidos políticos e voto na América Latina, ressaltando as recorrentes mudanças e diversidades institucionais, políticas e culturais da região. Os partidos e sistemas partidários são fundamentais para o jogo político e a democracia em geral. A consolidação dos processos e instituições democráticas depende da institucionalização do regime político, da mediação entre demandas da sociedade e poder instituído e da profissionalização da política (ALCÁNTARA SÁEZ & FREIDENBERG, 2002<sup>1</sup>). Estas tarefas são levadas a cabo pelos partidos políticos, responsáveis pela representação e agregação de interesses da sociedade e por parte do processo de socialização e educação política dos cidadãos. E, sobretudo, os partidos recrutam eleitores, estruturam o voto e legitimam o sistema político.

A despeito da relevância dos partidos para a consolidação e qualidade da democracia, a região latino-americana tem construído regimes nos quais estas instituições possuem força apenas relativa. Em função de distintos desenhos institucionais, de culturas políticas nas quais sobrevivem por vezes heranças autoritárias e da socialização de valores não-democráticos, os partidos se enraizaram na região de maneira diferenciada. Em alguns países, os partidos são relevantes atalhos cognitivos para a decisão do voto e fundamentais canais para a estruturação das escolhas, como se pode observar no Chile, Uruguai e Costa Rica. Mas, em outros países, os vínculos entre os eleitores e o sistema político são realizados através da intermediação de líderes, que articulam poderosas redes clientelistas, como se nota na República Dominicana. A região conta com engenharias institucionais distintas em vários aspectos, como o voto obrigatório ou facultativo, a legislação para financiamento de campanha, o acesso aos meios de comunicação, o calendário eleitoral, que afetam as estratégias das elites, os cálculos dos eleitores e as chances de institucionalização dos partidos.

A América Latina possui um eleitorado segmentado, no que diz respeito a sua adesão aos valores democráticos. Nota-se na região a presença de um eleitor majoritariamente pró-democracia, mas que convive com eleitores ambivalentes e com os autoritários, ainda que este grupo seja atualmente minoritário. Os latino-americanos, em geral, desconfiam das instituições representativas, tem uma percepção negativa dos políticos, o que os leva a personalizar suas escolhas e a valorizar os líderes

---

<sup>1</sup> ALCÁNTARA SÁEZ, Manuel; FREIDENBERG, Flávia. Partidos Políticos na América Latina. *Opinião Pública*, Campinas, v. VIII, n. 2, 2002, p.137-157.

em detrimento das legendas partidárias, como demonstrado em inúmeras pesquisas realizadas pelo LAPOP (Latin American Public Opinion Project) e Latinobarômetro.

A relevância dos líderes revela a eficácia dos elementos conjunturais na decisão do voto: marca distintiva da região latino-americana, quando comparada com as democracias mais avançadas, reside na proeminência das campanhas políticas e de uma prestação de contas – *accountability* –, muitas vezes realizadas através dos *medias*. Elementos de curto prazo – como a comunicação política e a avaliação da economia–, tornam-se fundamentais para interpretar o comportamento eleitoral na América Latina, cuja marca distintiva é a alta volatilidade eleitoral, decorrente da pouca estruturação programática dos partidos e dos reduzidos vínculos entre partidos e eleitores.

Este conjunto de características nos indica áreas de fragilidade democrática na região, tais como a insuficiência dos Estados Nacionais, a persistência de elevada desigualdade social e o predomínio da “lógica de opinião”, na qual a popularidade se coloca acima das estruturas partidárias (CHERESKY, 2007<sup>2</sup>), o que levou alguns países a adotarem o neo-populismo como uma “solução aceitável”. Embora estas fragilidades pudessem ser problemáticas para o futuro da democracia na América Latina, por outro lado, os partidos políticos de todos os países da região crescem na capacidade atribuída de representar os cidadãos, o que é uma função central das organizações partidárias (RUIZ, 2013<sup>3</sup>). Podem-se observar mudanças nos eleitorados da região, produzidas pela expansão da escolaridade, crescimento de uma nova classe média, aumento das mobilizações populares e a secularização de valores.

Esta ambiguidade encontrada na América Latina, na qual convivem valores tradicionais *vs.* auto-expressão, ideologia *vs.* personalismo, comunicação política *vs.* sistemas partidários estruturados, é refletida neste dossiê. O conjunto dos artigos apresentados explora teorias clássicas sobre o comportamento eleitoral, a comunicação política e o sistema partidário. O eleitor latino-americano comporta-se a partir das mesmas teorias desenvolvidas para apreender o comportamento dos demais votantes das democracias consolidadas da Europa e América do Norte? Até que ponto as ferramentas analítico-conceituais destes contextos são úteis para interpretar o eleitor e o sistema partidário da região latino-americana nos dias atuais? Os três primeiros artigos focaram precisamente esta temática.

---

<sup>2</sup> CHERESKY, Isidoro (Org.). *Elecciones presidenciales y giro político en América Latina*. Manantial: Buenos Aires, 2007.

<sup>3</sup> RUIZ, Letícia. Oferta partidária e comportamento eleitoral na América Latina. In: TELLES, Helcimara; MORENO, Alejandro. *Comunicação Política e Comportamento Eleitoral na América Latina*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2013.

Em “Personality, Political Behavior, and Political Views about Mexico's 2012 Presidential Election”, Alejandro Moreno e Sergio C. Wals, através da abordagem da psicologia política, assumem a personalidade como um fator central nos modelos de participação política. Os autores abordam cinco traços de personalidade (abertura para a experiência, extroversão, escrupulosidade, amabilidade, estabilidade emocional) para avaliar a probabilidade de engajamento político dos indivíduos. Para tanto, analisam a eleição presidencial de 2012 no México e fazem uso de dados da pesquisa pós-eleitoral coletados para o Projeto Nacional de Eleições Comparativas (CNEP). Eles demonstram que a extroversão é um fator crítico capaz de tanto explicar a propensão e o comparecimento nesta eleição, bem como incentivar a discussão política com os membros da família, amigos, vizinhos e colegas de trabalho. A publicação do artigo neste dossiê reduz a carência de debate no Brasil de estudos sobre fatores psicológicos e voto.

Oniel Francisco Díaz Jiménez e Igor Vivero Ávila em “¿Efectos Limitados o Poderosos? Una Revisión a la Investigación sobre los Efectos de las Comunicaciones de Campaña en México” apresentam uma sistematização da literatura a respeito dos efeitos de campanhas em eleições presidenciais, sobre o aprendizado político, a cultura política e o comportamento políticos dos mexicanos. De modo geral, concluem que no México, as campanhas têm efeitos significativos e consideráveis. Em um momento em que o México vê seu sistema partidário se fragmentar após os setenta anos de estabilidade e hegemonia do PRI (Partido Revolucionário Institucional), entender o impacto da mídia torna-se muito relevante neste país.

Em “Imagem Pública Política: o Último Populismo de Chávez”, Érica Anita Baptista e Mariana Rezende Passos analisam a construção da imagem pública política de Hugo Chávez durante as eleições presidenciais de 2012 na Venezuela. As autoras apontam a co-existência de ênfase estratégica no populismo de Chávez, com forte incentivo para o voto personalista, mas também a opção do voto retrospectivo na reeleição do presidente. O achado contribui para demonstrar como o populismo tem espaço na América Latina, mas também reduz o peso da versão de um comportamento estritamente emocional na Venezuela. Outro aspecto foi o de revelar as diversidades institucionais internas à região.

Por um lado, a América Latina possui eleitorados que, em certos aspectos, são similares em seus níveis de escolaridade, de pobreza, de desigualdade social e de experiência com a democracia eleitoral. Não obstante, ainda existem distintos contextos institucionais na região, como o voto obrigatório em vários países, variada oferta tanto em número como na natureza dos partidos políticos; as diferentes regras de financiamento dos partidos e de seu acesso aos meios de comunicação; a

possibilidade de reeleição, entre outros. Cinco destes artigos abordaram os partidos políticos e os elementos institucionais, que podem afetar o desenho do sistema partidário.

Em “Una Aproximación al Estudio de la Actividad Distrital de los Diputados: los Casos de Chile y Bolivia”, Mikel Barreda e Leticia Maria Ruiz analisam as atividades dos deputados em seus distritos em períodos não eleitorais, tendo em mente a autonomia ou dependência dos mesmos em relação aos seus partidos, assim como as razões para tanto. Bolívia e Chile foram escolhidos por apresentarem diferenças marcantes no que tange à representação política e aos sistemas de partidos. Por um lado, a Bolívia contaria com um processo de representação marcado por desafeto crescente, alta volatilidade, fragmentação e fluidez, ainda que a concentração de votos em torno do MAS (Movimiento al Socialismo) tenha reduzido tais sintomas. O Chile por sua vez, ainda que apresente crescente desafeto com a política, contaria com um dos sistemas de partidos mais estáveis da América Latina. Ademais, diferenças também existem no sistema eleitoral. No Chile, tem-se distritos binominais para a seleção de deputados, enquanto na Bolívia tem-se o sistema proporcional. No Chile, não há restrições para o número de reeleições de deputados enquanto na Bolívia há limitações para a reeleição. Os resultados apontam que o sistema eleitoral e a organização partidária, entre outros aspectos, impactam no tipo de atividade do deputado em seu distrito.

Daniel Buquet e Rafael Piñeiro em “La Consolidación de un Nuevo Sistema de Partidos en Uruguay” discutem o sistema de partidos uruguaio. Os autores partem do marco teórico institucionalista, para analisar a forma adotada pelos partidos em ambientes altamente institucionalizados. De acordo com Buquet e Piñeiro, as mudanças nos sistemas partidários são processadas paulatinamente e estas mudanças dependem das regras do jogo. No caso do Uruguai, as regras levam à estabilidade do sistema político-partidário.

Em "Destinos Cruzados: Partidos e Candidatos nas Eleições para Prefeito no Brasil e Intendente no Uruguai (2000-2012)", Alvaro Augusto de Borba Barreto, compara a capacidade que os partidos políticos do Brasil e do Uruguai têm para reeleger-se nas eleições para prefeito e intendente, respectivamente, de 2000 a 2012. Foram 305 eleições, em 19 departamentos e em 62 municípios. Entre os dois países há semelhanças no índice de prefeitos e de intendentes passíveis de concorrer à reeleição, bem como na taxa de sucesso obtida. Contudo, quanto aos índices que aferem o desempenho dos partidos, as legendas uruguaias demonstraram ter mais sucesso do que as brasileiras. No Brasil, o partido consegue se reeleger na maioria das

vezes em que apresenta um candidato à reeleição, mas fracassa quando não tem tal personagem.

O caso paraguaio mereceu poucas análises na região latino-americana. O artigo de Sarah Patricia Cerna Villagra e Juan Mario Solís Delgadillo é bastante original para revelar outro lado do jogo eleitoral latino-americano: o pragmatismo. Em "La Reinención del Dinosaurio: Entre la Nostalgia y el Pragmatismo del Partido Colorado en Paraguay", os autores buscam explicar as características, as regras e os resultados do processo eleitoral paraguaio em 2013. Para a análise, recorrem a dados eleitorais desta eleição, além de agregarem informações dos processos ocorridos em 1993, 1998, 2003 e 2008. Após as análises, os autores concluem que apenas um partido tem efetiva presença nacional no país, ANR (Asociación Nacional Republicana); o PLRA (Partido Liberal) é um partido com pouca possibilidade de crescimento no Paraguai; dois partidos – UNACE (Unión Nacional de Ciudadanos Éticos) e PPQ (Partido Patria Querida) – estão em vias de extinção; a esquerda naquele país teve crescimento tanto nas zonas rurais quanto na classe média urbana.

Os partidos políticos, como unidade de análise, são retomados no artigo produzido por Helcimara de Souza Telles e Paulo Victor Melo. Em "A "Lei da Disparidade Curvilínea": Análise Exploratória com Dirigentes e Eleitores do PMDB de Belo Horizonte", os pesquisadores analisam o vínculo entre eleitores e partidos, utilizando como referência teórica a "Lei de Disparidade Curvilínea". De acordo com esta lei, em função da necessidade de êxito eleitoral, os líderes dos partidos tendem a ser menos radicais em suas posições do que os seus militantes, assemelhando-se assim aos seus eleitores. Para testar a hipótese de vínculos ideológicos entre dirigentes partidários e eleitores, foram realizadas entrevistas com os membros da Executiva Municipal do PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro) de Belo Horizonte e *survey* com eleitores desta cidade, em 2008. Os autores concluem que, a despeito dos limites desta teoria, ela pode ser uma útil ferramenta para analisar a ideologia dos membros partidários e, no caso do PMDB, a lei da disparidade pode ser aplicada, uma vez que os líderes apresentaram opiniões e ideologias próximas às encontradas entre os eleitores identificados com o PMDB.

O dossiê é concluído com uma interessante discussão que sintetiza o dilema da América Latina: a convivência de sistemas partidários mais institucionalizados e a presença de traços personalistas. Em "O Sistema Partidário no Paraná: do Personalismo à Estruturação", Luiz Domingos Costa e Bruno Bolognesi identificam a evolução e tendências sistêmicas do sistema partidário do Paraná. Os autores demonstram que, paradoxalmente, o personalismo e a elevada fragmentação não se constituíram como obstáculos para dividir as preferências eleitorais entre PMDB/PT

(Partido do Movimento Democrático Brasileiro/Partido dos Trabalhadores) e PSDB/DEM (Partido da Social Democracia Brasileira/Democratas). Os autores sugerem que o personalismo das principais lideranças estaduais, uma vez consolidado em campos ideológicos opostos, caminhou lentamente em direção à polarização da disputa nacional e pode definir os *policies* no Estado, em torno do qual orbitaram regularmente parte dos partidos relevantes no cenário local. O movimento incessante do PDT (Partido Democrático Trabalhista) entre esses dois blocos é a contra-faceta da estruturação do sistema, que reserva uma dose de abertura de entrada e saída dos blocos para os partidos que não alcançam condição *policies*.

Desejamos a todos uma boa leitura e esperamos que este dossiê possa ser mais um elemento de contribuição para os especialistas e interessados em análises comparadas sobre a América Latina e que possa ser útil para o conhecimento das diversidades políticas encontradas nesta região.

Os organizadores:

**Luciana Veiga**

(Universidade Federal do Paraná/ Brasil)

**Helcimara Telles**

(Universidade Federal de Minas Gerais/ Brasil)

**Alejandro Moreno**

(Instituto Tecnológico Autônomo do México/ México)